

**Manifesto Educativo:
a atuação do
Movimento Negro
no Brasil
Entre lutas e resistência**





Manifesto Educativo: a atuação do Movimento Negro no Brasil. Entre Lutas e resistência

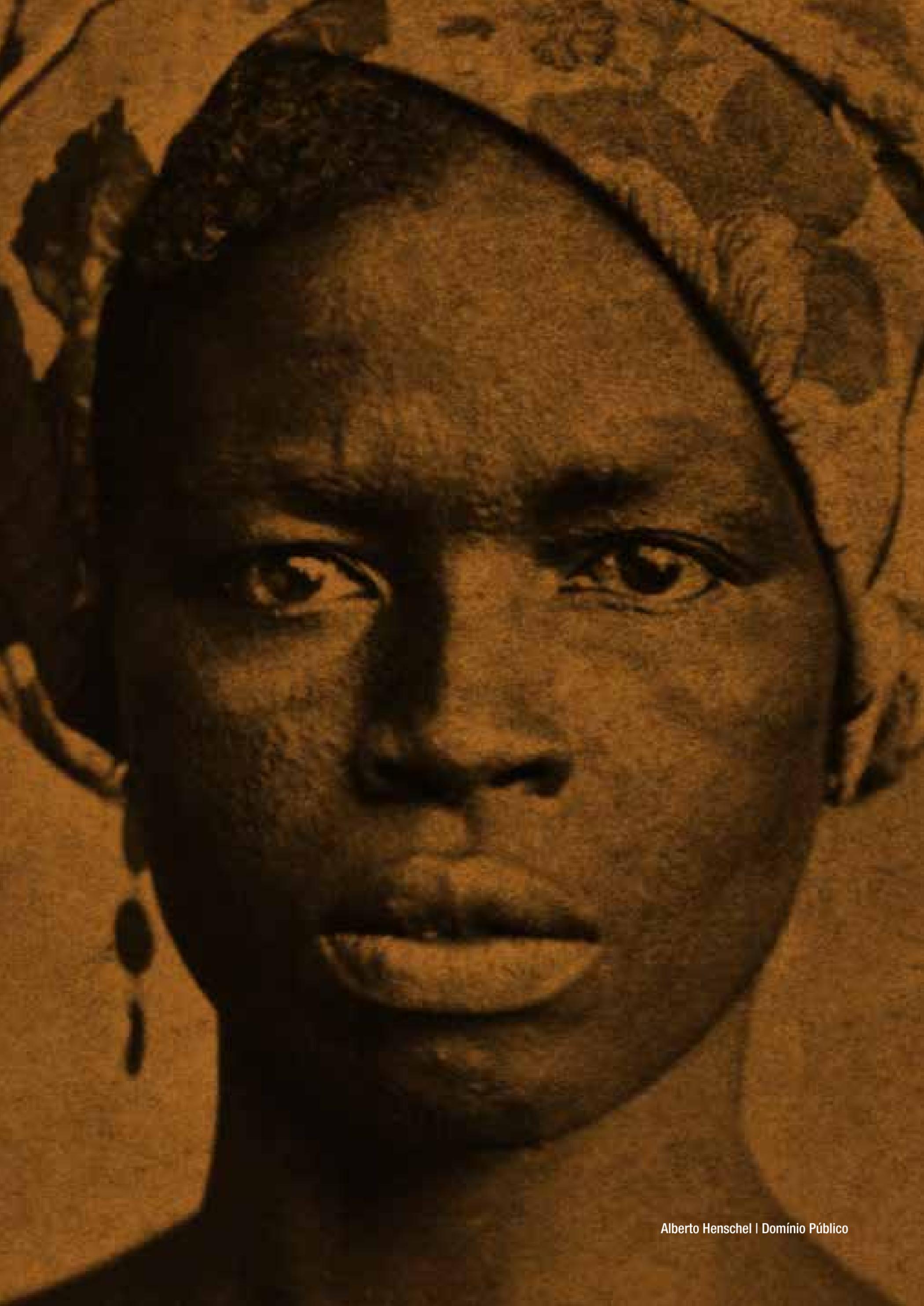
“É preciso ter claro que a realidade atual dialoga com a história passada. A educação, no seu sentido mais amplo, é sem dúvida, um dos maiores mecanismos de conscientização e esclarecimento de que se tem conhecimento. E por ser também espaço de ocultamento e deturpação da realidade.”
(Maria Adriana da Silva, 1999).

O mundo tem assistido às manifestações antirracistas que vem ocorrendo nos EUA, em resposta ao brutal e covarde assassinato de George Floyd pelas forças policiais daquele país. Esse triste acontecimento, mais uma vez, expõe e denuncia o racismo estrutural que diversos cidadãos negros, ao redor do mundo, estão submetidos. São os negros que estão mais expostos à violência policial, ao desemprego, às moradias precárias, ao não acesso aos bens culturais. As estatísticas e indicadores sociais comprovam todo esse cenário. Aqui no Brasil os números são alarmantes: a cada 23 minutos um jovem negro de 15 a 29 anos é assassinado no Brasil, são 63 jovens por dia, 23.100 por ano. De 2009 a 2013 as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas em casos listados como autos de resistência, entretanto, em 2005 no RJ, os inquéritos de autos de resistência 99,2% foram arquivados ou nunca chegaram à fase de denúncia... Por fim, não podemos nos esquecer que em 2014, Cláudia da Silva, foi arrastada por uma viatura policial, ao longo de 350 metros. Há menos de um mês o menino João Pedro, de 14 anos, foi morto dentro de casa após uma operação policial em sua comunidade. Tudo isto são nuances e expressões da necropolítica, ações de

descarte do corpo negro. Diante de todas estas mazelas sociais, tal qual no passado, o Movimento Negro convoca a todos, negros e brancos, a lutarem contra o racismo.

O SESC Madureira, cumprindo o seu papel de agente educador e propositivo, reconhecendo a realidade que estamos inseridos, ao longo dos últimos anos vem intensificando e consolidando sua agenda educativa de combate ao racismo. Cumprindo nossa responsabilidade no estabelecimento do bem estar social, bem como, o estabelecimento de uma sociedade mais justa e racialmente igualitária, elaboramos um manifesto educativo-antirracista, nos posicionamos contra o racismo e sua estrutura segregacionista, neste manifesto evidenciamos as ações educativas e a trajetória histórica de resistência do Movimento Negro desde período colonial, pois, a realidade atual dialoga com o passado. Assim como o Movimento Negro nos alerta, acreditamos que o processo educativo é uma ferramenta indispensável no processo de combate ao racismo. Conhecer a história do Movimento Negro é reconhecer a história da sociedade brasileira e suas estruturas e dinâmicas.





AS “CHAGAS” HISTÓRICAS DA ESCRAVIDÃO

A história da escravidão em nosso país já é por muitos conhecida, história de negros e negras trazidos da África de diversas etnias. A escravidão do Brasil configura-se por um longo período marcado por injustiça, exclusão, violência e humilhação. Não somente foram séculos de escravidão, dores, chicotadas, sofrimento, mas 300 anos de resistência, de enriquecimento, de beleza, de bens simbólicos. Nesses três séculos as diversas etnias introduziram no Brasil, seu mundo, suas crenças, seu jeito. Enfim, a cultura africana enobreceu o país, e essa história deve, também, ser conhecida e disseminada. No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil e uma vez estando dentro da colônia, se tornavam desde a mais barata até a mais cara mercadoria, dependendo de suas condições físicas. Muitos historiadores não têm dúvida de que a escravidão foi uma instituição que caracterizou a economia e sociedade brasileira até o século XIX.

As relações de senhores e escravizados foram, no entanto, um processo de adaptação tenso e contraditório, apesar de ligados, os dois mundos permaneceram social e culturalmente separados, antagônicos, irredutivelmente enfrentados. No contexto dessa dualidade, o escravizado formou

uma rede de solidariedades e refúgios de tipo familiar através de padrinhos, de associações de escravizados, de confrarias religiosas.

Apesar dos escravizados terem representado a economia do país, as condições do escravizado no Brasil eram as piores possíveis, a simples sobrevivência já era uma tarefa bastante difícil. Assim, os africanos eram vistos como sub-humanos, seres coisificados e sem alma, e isso servia para justificar a escravidão.

Foram séculos de esgotamento e exploração nos canaviais, nas minas e, por fim, nos cafezais. Mas também anos de desfiles pelas ruas com tabuleiros na cabeça vendendo doces e comidas, entregando correspondência, acendendo lampiões e até mesmo assumindo a medicina pelo conhecimento do manejo e sabedoria do segredo das folhas. Foram anos em que os seios amamentaram os filhos do Brasil com seu próprio sangue, anos de resistência e luta pela libertação e dignificação, anos de conservação das tradições culturais e religiosas trazidos da mãe África. Portanto, os negros resistindo à escravidão, conservaram a sua identidade cultural, uma identidade que ainda, infelizmente, é relegada à marginalização.

E para romper com essa ideia temos que vencer as marcas e as chagas do preconceito, da discriminação, da escravidão que gerou tanta inferioridade, reconhecendo os valores dos negros, reafirmando nossa identidade e cultivando a autoestima dos negros, tendo em vista um horizonte para além da escravidão.



José Christiano Júnior | wikimedia.org/w/index

LEIS ABOLICIONISTAS: O CASO DA LEI DO VENTRE LIVRE E O “COMPROMISSO” COM A INSTRUÇÃO DOS LIBERTOS

Desde o período colonial, o trabalho escravo, associado à grande propriedade rural, esteve na base da economia brasileira. O sistema escravocrata começou a dar indícios de queda a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos. Entretanto, a campanha abolicionista só tomou impulso a partir de 1870, quando setores de uma classe média emergente, formada por intelectuais, militares, pequenos empresários, advogados, jornalistas e outros profissionais liberais começaram a se mobilizar pelo fim da escravidão.

Em 17 anos, o Brasil teve três leis abolicionistas: Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888). Tais leis foram frutos de luta e resistência de cativos e a elite negra abolicionista. Nesse momento, pela sua intencionalidade, vamos focar nossa análise na lei de 1871: a Lei do Ventre Livre que além de

tornar livres os nascidos do ventre escravo, essa mesma lei contemplou aspectos da educação das crianças nascidas a partir da promulgação da lei. De acordo com o texto legal, a educação seria um fator de integração social dos negros, com uma gradual abolição da escravatura. Será que com essa lei em exercício os ingênuos tiveram garantido o acesso à educação, integrando-se socialmente à sociedade que emergia?

Não podemos deixar de considerar que os acontecimentos externos influíram sobre o processo político interno e a forma como foi conduzida a Lei do Ventre Livre, mas a elaboração dessa lei estava impregnada de preocupação com os interesses econômicos escravocratas. Ela possibilitou à classe dominante um mecanismo de controle e organização do mercado de trabalho no Brasil, pois, havia o temor de que o fim da escravidão prejudicasse a lavoura, contudo, havia, também, por parte da classe dirigente, o temor provocado pela resistência escrava no interior das fazendas, insubordinações e revoltas de escravos. E, por mais que a lei tivesse sido feita para atender aos interesses econômicos da elite, ela não pode ser considerada com um fenômeno passivo, pois se constituiu, também, como uma força autônoma para mediar as tensões do dia-a-dia, atendendo algumas reivindicações dos escravizados.

É importante analisarmos que a Lei do Ventre Livre, esteve inserida no contexto da segunda metade do século XIX, esse período foi caracterizado por intensas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas.

O grande desenvolvimento da indústria europeia havia provocado uma revolução nas forças produtivas do capital, bem como no mercado mundial, marcando um período de crises na sociedade capitalista. Assim os países do Novo Mundo foram levados a transformar-se adequando-se às

novas exigências do capitalismo.

O Brasil, acompanhando esse movimento, precisava modernizar-se e isso implicava transformações na forma de trabalho. Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, já havia preocupação com a educação dos filhos de escravos, os ingênuos. No estudo de Fonseca (2002) podemos analisar a trajetória ou a tentativa de conciliar o processo de abolição do trabalho escravo e a questão da educação dos negros. O autor questiona como a educação dessas crianças rapidamente perdeu sua especificidade dentro da legislação que tratava da questão da abolição do trabalho escravo, para ser diluída em meio aos problemas relativos à infância pobre e desvalida. Segundo a Lei do Ventre Livre, as associações teriam o direito a serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos, com permissão para alugar esses serviços, em compensação, tinham por obrigação criar e educar os menores, constituir um pecúlio e procurar, após o fim do tempo de serviço, uma colocação para os egressos.

Porém, a educação pensada pela elite branca, a partir da Lei do Ventre Livre para os negros, não almejava uma ruptura do trabalho escravo e sim uma continuidade. E um dos aspectos articulados para a garantia dessa continuidade foi a educação como estratégia disciplinadora e racionalizadora do espaço social. Continha ali uma “intencionalidade pedagógica que visava difundir práticas para moldar a realidade”. (FONSECA, 2002, p. 35). A Lei do Ventre Livre, que sugeria à educação das crianças nascidas do ventre escravo, tornou-se uma ambiguidade, visto que a escola, naquele período, era um privilégio até mesmo para a população branca pobre. A ambiguidade que ocorreu nos debates no ano de 1871 originou-se dessa valorização, pois, apresentava o posicionamento de uma sociedade em que a educação em moldes escolares, era uma realidade restrita para poucos.



Luís Gama - autor desconhecido | Domínio Público

O “13 DE MAIO” E O RUMO DA CIDADE DOS “PRETOS”

A escravização dos africanos contribuiu para a formação de grandes fortunas, tanto nas mãos da aristocracia rural quanto e, principalmente, nas mãos dos traficantes e dos governos europeus. A sua extinção só ocorreu no final do século XIX, quando todos os países da América já haviam substituído pelo trabalho livre.

No Brasil, o processo de abolição foi lenta e gradual, isso porque a elite dominante temia que a campanha abolicionista gerasse uma revolta generalizada dos escravos, como ocorreu no Haiti, em 1793. Nessa pequena ilha do Caribe, colonizada pela França, escravos e libertos organizaram uma rebelião que resultou na independência da ilha, no fim da escravidão e na expulsão da elite colonial do poder. Por outro lado, os proprietários alegavam que o fim da escravidão os levaria à ruína, pois, perderiam um patrimônio em que

tinham investido muito dinheiro.

A grande influência dos fazendeiros na Câmara, no Senado e no governo monárquico decidiu os rumos da abolição no Brasil. Ela seria lenta, gradual e segura, ou seja, sem riscos para os privilégios dos grupos dominantes. No decorrer do século XIX crescem as campanhas abolicionistas, e aumenta gradativamente o número de negros libertos. Essas leis são frutos de uma forte pressão abolicionista. São os negros, mestiços, ex-escravizados sensíveis e solidários aos escravizados. São intelectuais que tinham como referencial as doutrinas liberais e evolucionistas e o exemplo internacional (desde 1865, Brasil e Cuba são os únicos países a manter a escravidão na América). São, ainda, industriais e grandes comerciantes que consideravam mais vantajoso o trabalho assalariado. É Inglaterra querendo aumentar a mão-de-obra assalariada no Brasil para vender seus produtos.

Assim podemos enquadrar a abolição dos escravizados tendo como ponto de partida três princípios: as revoltas e rebeliões negras, que marcaram todo o período escravocrata; fatores socioeconômicos que forçavam a troca do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e, por fim, as campanhas abolicionistas. Essas campanhas foram de duas ordens: uma corrente moderada que queria que a abolição acontecesse através do debate parlamentar e uma corrente radical que defendia a abolição mesmo através da insurreição popular e escrava. Entre os abolicionistas negros podemos destacar: José do Patrocínio, Luís Gama, André Rebouças, Cruz e Souza.

As fugas de escravos tornaram-se cada vez mais frequentes. Ativistas, entre eles filhos da elite cafeeira, organizavam grupos para ajudarem escravos a fugir das fazendas, conduzindo-os a lugares seguros. Diante dessa situação, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que substituíra

o pai D. Pedro II no trono, assinou a Lei Áurea e determinava que:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

A Lei Áurea é considerada por muitos autores como “lei nula”, uma vez que na prática, quando foi assinada, só 5% do povo negro viviam sob regime de escravidão.

É preciso destacar que quando a lei foi promulgada, os demais 95% dos escravizados tinham conseguido a libertação por meio dos próprios esforços, quer seja por meio de méritos quer seja por meio de fugas. Pode-se dizer que a Lei serviu como estratégia para dar à população negra respaldo de libertação jurídica.

A direção que os ex-escravizados tomaram depois da abolição variou conforme as condições econômicas de cada região. Grande parte continuou trabalhando para seus senhores, numa situação de dependência semelhante à da época de escravidão, em especial no nordeste do Império. Isso porque, os recém-emancipados foram largados à própria sorte, não foram criadas condições mínimas para a integração da população negra à sociedade que se desejava construir.

No Vale do Paraíba, muitos libertos estabeleceram regime de parceria com seus antigos donos, tornaram-se pequenos sitiantes ou ainda tocadores de gado. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro receberam grande número de escravizados libertos que para lá se dirigiam em busca de trabalho. Mas com a falta de qualificação, o preconceito e as péssimas condições em que os egressos viviam, acabavam marginalizados e relegados à verdadeira exclusão social, dando origem às mazelas da cidade do RJ e ao surgimento de uma população periférica.



MOBILIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO

Na atual sociedade, assistimos a grandes transformações como a globalização da economia, as inovações tecnológicas, a hegemonia da economia capitalista, o desenvolvimento da era da informação, cenários que nos deixam perplexos e provocam uma profunda reflexão sobre o futuro da humanidade e, principalmente, da educação.

Como é sabido, existe uma vinculação entre educação e cidadania, essa vinculação é produto da evolução da sociedade burguesa e do desenvolvimento do capitalismo. Além disso, essa vinculação atende aos interesses da elite e não leva, como geralmente se declara, a uma libertação das classes populares. O capitalismo na sua fase de constituição institucionalizou sim uma educação para todos, mas dividida em duas: uma educação para as camadas médias e para elite, e outra, mais precária, para os pobres.

Ao longo da história, foi formada a ideia de educação como pré-requisito para que as massas populares tenham acesso à cidadania. Os argumentos disseminados pela elite em diferentes períodos para negar poder político às camadas pobres foram de que estas não possuem o preparo necessário para tanto, ou seja, as camadas populares da sociedade só seriam emancipadas à medida que se educassem. Com isso, o modelo republicano colocou em evidência

esse discurso, à medida que enfatiza a liberdade e a cidadania, e a necessidade da educação para liberdade e para a cidadania. Portanto, a educação teria um papel fundamental na emancipação política dos ex-escravizados.

Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, a exigência de organizar o trabalho livre e construção de uma nação moderna e civilizada trouxe, simultaneamente, a necessidade de educar o ex-escravizado para o trabalho. Uma educação para o trabalho, para a “liberdade”. Mas será que o ex-escravizado teve acesso à escola para que, dessa forma, adquirisse a sua cidadania? Essa cidadania “desenhada” pela elite garantiu à integração de ex-escravizados e libertos à sociedade brasileira? E a legislação, contemplou a inclusão de ex-escravizados e libertos à instrução nos moldes escolares oficiais? Quais mecanismos forjados pela população negra, recém-egressa do cativeiro, a fim de constituir sua cidadania?

A escola é um local privilegiado para a construção de novas sociabilidades; como KLEIMAN (1999) nos aponta, a escola é a mais importante “agência de letramento” é na escola que aprendemos e desenvolvemos o sentimento de respeito para com o próximo, é na escola que aprendemos a conviver em harmonia com nosso semelhante, mas, sobretudo, com os diferentes, é na escola que estabelecemos nossas práticas sociais, fortalecendo nossa identidade.

A partir deste lugar, tão importante para a construção de nossas sociabilidades é que o Movimento Negro vislumbra a possibilidade de implementação de uma educação que assegure e dialogue com as práticas de letramento, levando em consideração as relações étnico-raciais. Sendo a escola uma instituição importante para a sociedade, onde sua função social é a transmissão de conhecimentos das gerações anteriores, ela também se torna um dos principais focos de atuação do Movimento

Negro.

O Movimento Negro, como explica DOMINGUES (2007), é caracterizado por ser um movimento social que luta contra a discriminação racial e como objetivo extinguir a exclusão e a marginalização que negros foram submetidos no sistema educacional, no mercado de trabalho e nos campos políticos e socioculturais. A dinâmica, a bandeira de reivindicações e lutas deste movimento vai existir a partir da questão da “raça” e, por assim dizer, a valorização da identidade racial dos indivíduos negros.

A história de lutas do negro no Brasil não é uma história recente, apesar de apresentar em sua trajetória descontinuidades, a atuação e resistência dos negros, mesmo de forma precária e clandestina, se apresenta desde o período escravagista, como o mais conhecido Quilombo dos Palmares, a mobilização atravessa todo o período colonial até desembocar no dia 13 de Maio de 1888, com a República promulgada, o Movimento Negro ganha novos contornos, sendo classificado em três períodos por DOMINGUES (2007):

- 1- República Velha ao Estado Novo (1889-1937);
- 2- Da democratização ao Golpe Militar (1945-1964);

3- Da abertura política (1978/1979) em diante.

No fim do século XIX e início do século XX temos uma presença das organizações dos “homens de cor”, através da atuação de organizações beneficentes, associações assistenciais, culturais e recreativas. Muitas destas organizações eram vinculadas à Igreja Católica, e estes lugares funcionavam como um espaço de sociabilidade para os negros, visto que, em uma sociedade de hegemonia branca, os negros eram impossibilitados de frequentar determinados lugares. Não havia por parte destas associações uma ideologia partidária, mas já denunciavam o racismo e a luta por uma sociedade mais igualitária a partir de

publicações de jornais vinculados às associações dos “homens de cor”, e também com a denominada imprensa negra.

Durante o período do governo Vargas (1930-1937), nasce uma importante instituição do movimento negro, a Frente Negra Brasileira (FNB), sua fundação foi em 1931, no início do governo de Getúlio Vargas. A FNB tinha como objetivo central construir uma ideia nacionalista para inserir os negros ao mercado de trabalho, buscando com isso, a integração da população negra à sociedade que se emergia. Vale ressaltar que nesse período, o mercado de trabalho brasileiro não absorvia a população negra para os postos de trabalhos, mas sim, os imigrantes estrangeiros, o que acarretava o desemprego, a exclusão e a marginalização da maioria dos negros à sociedade.

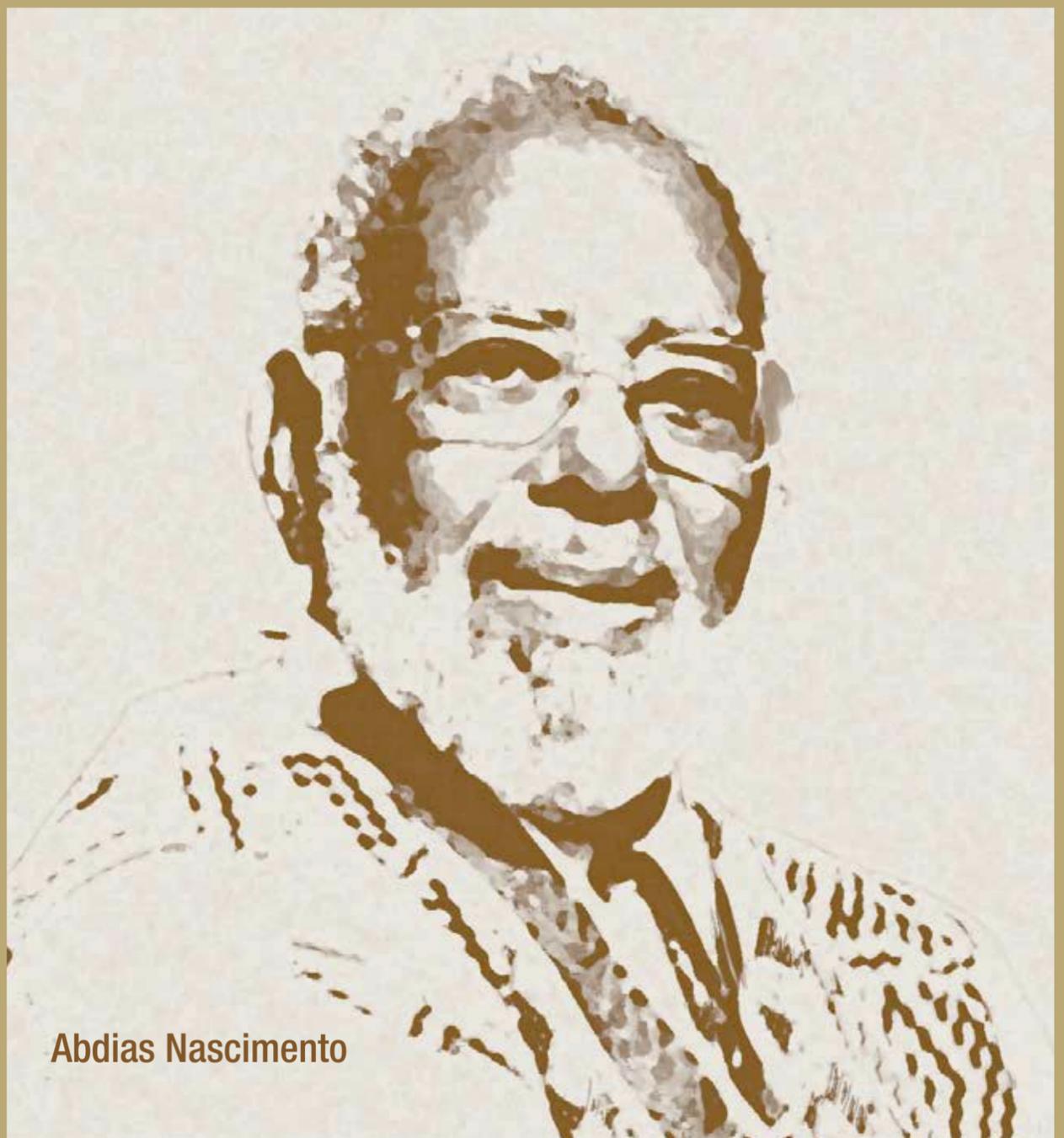
Para afastar os estereótipos como “vagabundos”, “bêbados”, etc., relacionados à população negra, a FNB pretendia construir uma nova imagem acerca do negro, pretendia-se disseminar uma imagem de “negros trabalhadores”, “civilizados”, a FNB acreditava que a inclusão do negro ocorreria mediante a uma postura de assimilação dos valores da cultura nacional hegemônica. À época a FNB foi uma importante instituição de luta contra o racismo, com alto nível de organização, chegando a se transformar em 1936 em um partido político. A FNB foi a principal organização no período. Entretanto, no ano seguinte, em 1937, com a instauração do Estado Novo todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a FNB, e o Movimento Negro se viu em um processo de ruptura. Durante a vigência do Estado Novo houve grande e violenta repressão política, e o sistema não permitia o surgimento e a consolidação de qualquer movimento ou grupo político que visava se opor ao governo, denunciando as mazelas sociais vigentes àquela época.

Findado o período do Estado Novo, o Movimen-

to Negro ressurge, de forma muito organizada, no cenário político nacional. Em 1944, no Rio de Janeiro, surge como referência do Movimento Negro o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias Nascimento, a priori, o movimento tinha como proposta a formação de grupos de atores negros, porém, o movimento foi tomando outros contornos.

O TEN se transformou em um movimento político à frente de seu tempo, de vanguarda artística, que defendia o negro como protagonista no teatro, mas, sobretudo, visava o protagonismo do negro na vida política nacional, ressaltando e evidenciando o valor estético e político da negritude para superação e transposição das barreiras socialmente impostas à população negra.

Apesar de todos os esforços e mobilização política, à medida que se ampliava e consolidava o mercado capitalista competitivo, a discriminação racial tornava-se mais evidente, mais visível, os estereótipos, os preconceitos continuavam a



Abdias Nascimento

atingir a população negra, os negros permaneciam no lugar da exclusão, da marginalização, largados em favelas, fora dos postos de trabalho. No contexto do golpe militar em 1964, o TEN tem as suas ações reduzidas e em 1968 foi fechado, Abdias Nascimento segue para os Estados Unidos. No contexto da Ditadura Militar instaurada, todas as iniciativas do Movimento Negro foram desarticuladas, apresentando temporariamente uma derrota. A questão racial foi banida pelos militares, havia por parte do governo militar a disseminação do discurso que no Brasil havia uma democracia racial, não havia racismo, e todos aqueles que discordavam eram estigmatizados e reprimidos pelas forças de segurança do governo militar.

Somente no fim da década de 1970 é que movimentos com bandeiras antirracistas se reorganizaram politicamente no interior do surgimento e impulsão dos movimentos populares, movimentos sindical e estudantil. É aí então que em 1978 surge o Movimento Negro Unificado (MNU), influenciado pela luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos e dos processos conflituosos de autonomia dos países africanos, sob a ideia do pan-africanismo e do afrocentrismo em detrimento ao eurocentrismo hegemônico.

O MNU se estabelece como um movimento de correntes ideológicas de esquerda e cria pontes de diálogos com outros movimentos sociais que buscavam denunciar outros temas relevantes para o equacionamento das mazelas sociais brasileiras, tais como: o movimento sindicalista, o movimento feminista, os movimentos dos centros urbanos, etc. Era um movimento que tinha como foco de discussão e reflexão o entrelaçamento das questões relativas à classe e raça, e até mesmo questões acerca da sociedade capitalista e a perpetuação do racismo. O nascimento do MNU representou um momento histórico

importante para a luta contra o racismo, pois, o movimento apresentou a proposta de unificar as reivindicações em diferentes níveis e eixos, em um único plano nacional, representando e aglutinando todas as bandeiras das diversos grupos e organizações antirracistas, dialogando estrategicamente com grupos de outras bandeiras de reivindicações acerca das mazelas sociais do país, desta forma, o movimento negro acreditava no fortalecimento político de suas reivindicações.

A partir disto há um caráter revisionista do Movimento Negro acerca de tudo que remetia à comunidade negra, desde sua ancestralidade africana até a utilização da palavra negro como algo positivo. O Movimento Negro buscou ressignificar e disseminar, sobretudo entre os negros, a valorização da identidade negra. O movimento começa a rever e questionar o campo educacional com seu currículo eurocentrado, Zumbi é escolhido como símbolo de luta e resistência para o movimento negro, o dia 20 de Novembro é eleito como o Dia Nacional da Consciência Negra, em detrimento do 13 de Maio, que passa a ser um dia para denunciar a opressão racial.

Abdias Nascimento tornou-se um protagonista fundamental no novo panorama de lutas do Movimento Negro, ele se aproximou do marxismo e das lutas dos negros norte-americanos acerca dos direitos civis na década de 1970. Abdias despontou como um crítico contundente do mito da democracia racial que impregnava os discursos das classes dominantes no Brasil.

O ato público no Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, marca e possibilita a criação de muitas organizações em diferentes estados do Brasil, o que possibilitou a difusão das ideologias do Movimento Negro. Em 1988, duas reivindicações do Movimento Negro são previstas no texto da constitucional: a criminalização do racismo e o reconhecimento da propriedade de terras de remanes-

centes de quilombos.

Em 1995 foi realizada em Brasília uma marcha em homenagem aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. Era o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, que criou então um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, dando a partida nas primeiras iniciativas de ação afirmativa na administração pública federal.

E 2001 foi o ano da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, que mobilizou o governo e as entidades do Movimento Negro em sua preparação e resultou em novos acontecimentos, como a reserva de vagas para negros em algumas universidades do país e novos compromissos assumidos pelo Estado em âmbito internacional.

O Movimento Negro contemporâneo acumula uma vasta experiência de lutas, herdada desde o período colonial. A partir das décadas de 1970 e 1980 a agenda política e reivindicações do Movimento Negro se apresentam de forma variada. O Movimento Negro luta por uma consolidação positiva acerca da identidade e reconhecimento dos negros, bem como a inclusão do negro à sociedade, a ação política e jurídica de criminalização do racismo, as práticas simbólicas ao que tange aos marcos históricos comemorativos e a efetiva inclusão dos saberes africanos e a cultura afro-brasileira no currículo escolar. A trajetória de lutas do Movimento Negro, ao longo do tempo, vai revelando e cada vez mais evidenciando o processo e as práticas de racismo “peculiar” da nossa sociedade. Embora a luta seja antiga, existem, ainda, muitos desafios a superar, os indicadores sociais/raciais mostram isso.





Engenho de Itamaracá, Frans Post | reprodução

LEI 10.639/03: SOCIABILIDADES ANTIRRACISTAS

Como vimos, não é recente a trajetória de lutas e reivindicações que o Movimento Negro trava com o Estado e a sociedade brasileira; ao longo de todo esse tempo de batalha, o Movimento Negro, através das denúncias e críticas apresentadas, vai desvendando, também, a lógica que move o racismo brasileiro, que se apresenta de forma estrutural sob a égide de um mito da democracia racial que ainda permeia mentalidades, discursos e práticas de boa parte da população.

Na década de 1930, surge a teoria da democracia racial; esta teoria tem como principal mentor Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala”. O que antes era o “defeito” do Brasil – o grande número de negros e o alto grau de misci-

geração -, passou a ser qualidade.

O Brasil é um país formado a partir da contribuição dos negros, dos brancos e dos índios, e estas três raças viviam de forma harmônica. Não havia discriminação no país. Do cruzamento das três raças surgia o “brasileiro”. Resultado: não fazia mais sentido discutir questões raciais já que o “brasileiro” sintetizava de forma harmoniosa, as tais contribuições raciais.

Esta visão de “paraíso racial” parecia perfeita quando comparada a outras realidades, principalmente a norte-americana, onde as fronteiras raciais se desenhavam com mais nitidez. A democracia racial foi logo disseminada. Outras visões surgiram reformulando ou contestando a democracia racial. Mas o fato é que a visão de um país racialmente democrático é que reina até hoje entre a maioria da população brasileira.

E é justamente contra esta teoria que o Movimento Negro vem lutando, denunciando esta falácia, e delatando que aqui subjaz uma latente opressão racial contra os negros. Talvez não exista nada que conteste com maior eficiência a democracia racial do que a própria situação do negro brasileiro, passados mais de cem anos de abolição, a maioria dos negros está nos extratos mais baixos da sociedade. São os meninos de rua. São os que abandonam com maior frequência as escolas. São os que não conseguem uma boa colocação profissional. Se a explicação não é biológica, só pode ser fruto de um processo que por si só desmente a democracia racial.

No decorrer do século XX o Movimento Negro foca sua militância para a educação, reconhecendo nela a importância e seu lugar estratégico ao que tange à superação das tensões das relações étnico-raciais e a possibilidade de construção de novas sociabilidades. A partir deste momento o Movimento Negro denuncia a neutralidade do Estado e reivindica mudanças na política educa-

cional, de maneira que, a diversidade seja reconhecida e respeitada buscando a superação das desigualdades raciais.

A bandeira de lutas evidenciadas pelo Movimento Negro é um instrumento para denunciar o silenciamento que o mito da democracia racial enraizou no país, a resistência do movimento negro é forte e se mantém firme diante das questões raciais existentes. Por meio da pressão e atuação incessantes o Movimento Negro organizado vem denunciando as mazelas sociais que os negros são acometidos. Através das denúncias do Movimento Negro é que ficaram evidenciados para a nossa sociedade, entre outros problemas, os entraves de acesso e permanência dos negros no sistema educacional, mais que isso, a atuação do Movimento Negro contribuiu para denunciar a reprodução do racismo no âmbito escolar quer sejam pelas práticas pedagógicas cotidianas quer seja pelo currículo escolar eurocentrado que não fomenta a disseminação outra da história dos escravizados e da contribuição dos negros na constituição ampla do nosso país, a respeito desta lógica operante escolar MUNANGA (2005) nos alerta:

(...) não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p. 15).

O autor propõe uma revisão nas práticas escolares, no planejamento das ações em vistas de uma interação dialógica que reconheça e respeite a diferença, que contemple o mapeamento e a contribuição dos povos africanos na edificação da sociedade brasileira, para que desta forma, os alunos negros tenham acesso a uma outra história sobre seu povo, contribuindo para promoção de sua autoestima, e aos alunos brancos, que

estes sejam capazes de respeitar àquilo que não lhe é semelhante, reconhecer que as estruturas sociais foram historicamente estabelecidas a seu favorecimento, instituindo, assim, o privilégio branco.

É, pois, percebendo esta lógica que o Movimento Negro pressiona o Estado para revisão e reformulação dos parâmetros e diretrizes educacionais, o Movimento Negro reivindica uma reformulação que estabeleça no âmbito escolar uma educação antirracista, uma educação que supere o que foi cristalizado pela historiografia tradicional ao que tange ao negro na sociedade brasileira, mais que isto, com esta reformulação, que a escola cumpra sua função social acerca de constituir sujeitos que conheçam a história e a contribuição de cada povo, contribuindo, assim, para a manutenção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, sendo, em janeiro de 2003 temos sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639, esta lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo que:

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasi-

leiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Com o advento desta lei, o Estado brasileiro reconhece que os moldes escolares não têm contribuído para a superação do racismo, pelo contrário, muitas das vezes, a escola com seu currículo e suas práticas eurocentrados, ratificam as desigualdades raciais. Para Nilma Gomes (2010), a implementação das questões étnico-raciais no currículo escolar é fruto das tensões raciais denunciadas pelo Movimento Negro, que não tem desdobramentos apenas no campo educacional, mas, sim, uma questão política que representa a possibilidade de deslocamentos nas estruturas sociais.

Como vimos, o advento da lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira, importante ressaltar que a ideia da implementação desta lei, por parte do Movimento Negro, é que as escolas assumam, de fato, o compromisso e responsabilidade ao que tange a superação do racismo, valorizando a identidade racial negra, fortalecendo a autoestima dos alunos negros, assegurando o acesso, a permanência desta população, bem como, contribuir, a partir da valorização da história do seu povo, para o melhor aproveitamento escolar.

Em 2004 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; neste documento o termo raça é definido como uma construção histórica oriunda das tensões das relações sociais estabelecidas entre brancos e negros, o que retira o sentido biológico do termo que fora disseminado pelo projeto eugenista.

O Conselho Nacional de Educação instituiu em 2004, através de seu parecer, o ensino de matriz africana e afro-brasileiro, buscando positivar a história dos negros no país. Esta indicação (positivar) se deve principalmente ao fato de que o aluno negro precisa, desde a infância, formar sua identidade, uma identidade racial negra, positiva. Sendo considerada como um processo contínuo construído pelos negros em diversos espaços institucionais ou não, pelos quais circulam. Portanto, a identidade negra também é construída na escola, durante a trajetória desses alunos. Sendo, assim, a escola tem a responsabilidade social e educacional de compreender a complexidade imbricada neste contexto, respeitando-a, bem como as outras identidades construídas pelos sujeitos no âmbito escolar. Acerca do âmbito escolar, identidade negra e diversidade

A complexidade da temática sobre a diversidade racial nos currículos, a partir da implementação da lei 10.639/03 nos bancos escolares da rede pública e privada, sinalizou a necessidade de estudos, que vem sendo divulgados amplamente nos âmbitos acadêmico-científico para aprofundar e produzir novos conhecimentos sobre o assunto. Dezesete anos depois de promulgação da lei, muitos estudos e pesquisas acadêmicas têm sido sistematicamente divulgadas, entretanto, se focarmos nosso olhar para a rede privada de ensino, perceberemos que há poucos estudos para este segmento ao que tange à educação antirracista ou a implementação da lei 10.639/03.



NEGROS E CONTEMPORANEIDADE

É fato que os negros, nessas últimas décadas, estão mais inseridos nos postos de trabalho e mais presentes nos bancos escolares. Os indicadores sociais demonstram uma ligeira mudança nas posições ocupadas pelos negros em relação ao acesso e ao rendimento escolar. Todavia, se considerarmos as taxas de eficiência dos alunos negros no sistema educacional, a distribuição salarial e os postos de serviços ocupados, os negros permanecem, invariavelmente, em desvantagem.

O Brasil possui especificidades históricas que fundamentam uma trajetória de desigualdade racial e social que o coloca no topo do ranking dos países mais desiguais do mundo. Sob a ideia de exclusão social calcada em critérios socioeconômicos, subjaz uma latente desigualdade racial que é retroalimentada cotidianamente.

Consideramos que as dificuldades de acesso e permanência do segmento negro ao sistema de ensino oficial, podem ser compreendidos como parte do processo de construção do modelo de nação posto em marcha em transição do século XIX para o século XX: a nação branca e civilizada. Nesse sentido, ao mesmo tempo que este projeto exigia “inclusão” do segmento negro no lócus social, era evidente o temor das elites em como conduzirem seguramente esse processo. Afinal, depois de 350 anos de coisificação do negro, como lidar com sua emergente categoria de gente? Como na nova sociedade liberal mantê-lo num lugar da subcidadania?

O acesso e o monopólio aos patamares mais

altos do saber transformam-se nos novos mecanismos de dominação e perpetuação de nossas desigualdades. Sintomático é notar que em situações de maior penúria econômica, brancos e negros se aproximam mais. Na escola, em termos de rendimento; no trabalho, em termos dos baixos salários. Por outro lado, à medida que aumenta o grau de escolarização, a discriminação também aumenta.

Em relação ao ensino superior e aos postos mais altos em empresas, a situação é absurda. Os negros ainda precisam lutar, diariamente, para vencer a situação de desconforto em relação a sua tez, ao seu cabelo, aos seus lábios. Afinal, ousaram romper a barreira invisível da “hipocrisia” brasileira e passaram a ocupar uma localização social que não lhes foi delegada, mas foi duramente conquistada.

As oportunidades foram historicamente forjadas para beneficiar as populações brancas em detrimento das populações negras. Isto se reflete em todos os indicadores sociais. O que muda esse quadro e pode acelerar mais ainda o processo de conversão dessa situação, que prejudica, não só os negros, mas a população brasileira como um todo, é a continuidade de programas de ações afirmativas.

A aplicação, de fato, da Lei nº 10.639/2003 vem atender essa demanda, conscientizando sobre essa realidade ao aprofundar o estudo das relações étnico-raciais que constituem o Brasil: a relação intrínseca entre a negação das origens africanas, a percepção das ilhas de África que compõem esse país e a prática costumeira do racismo.

É preciso que essas questões sejam discutidas da forma mais clara e fundamentada possível, para que não se incorra novamente no equívoco do Brasil-Colônia e Brasil-Império, de tratar direitos como privilégios. Não são. Ao poder público

competete oferecer educação de qualidade para todos. Nesse caso específico, é preciso investir na capacitação de professores e na utilização massiva dos meios de comunicação, exercendo não apenas a função de comunicar e esclarecer, mas de fornecer novos parâmetros de se “olhar” a realidade.

Embora saibamos da complexidade em se viver numa sociedade tão desigual como a nossa, não devemos recuar. Ao contrário, baseando-nos no passado, conhecendo a luta e resistência dos escravizados, a mobilização dos abolicionistas negros, devemos buscar meios de modificar essa realidade.

Por isso, é fundamental conhecermos as conquistas históricas do povo negro, para sabermos que apesar das adversidades, existem possibilidades de transformação. Romper com a “invisibilidade” e com a discriminação construída ao longo do tempo e, que é relegada aos negros, significa reconhecer o contrário do que foi cristalizado pela historiografia, onde os negros são vistos como seres inferiores. Os negros são pessoas que lutaram e resistiram a esse domínio. O racismo precisa ser combatido por todos. Quais são as histórias que queremos contar entre nossa atuação e o combate ao racismo? Quais são as cernes centrais que entendemos enquanto enfrentamento ao racismo estrutural? Muitas são as formas que o Movimento Negro ao longo dos anos tem utilizado para enfrentamento ao racismo. Muitas são as frentes de atuação, sobretudo, mencionadas ao longo deste manifesto, mas entendemos a educação como fio condutor, engendrada dentro de tantas metodologias que capturam sentidos e entendimentos. Uma educação que oferece um mundo. E que incita a apropriação dos mais diversos bens culturais existentes. Educação que oferece cultura, esporte, desenvolvimento humano, relações de autocui-

dado, saúde no sentido mais amplo que se pode compreender, de capacidade técnica de gerir a vida, de conceber a possibilidade de brilhar ao sol e seguir a trajetória, sobretudo em vida, pela vida. Se sob a história do povo negro macula a falta de oportunidade, de possibilidades e da chance de acreditar que o mundo é possível. É através do compromisso ético que validamos e entendemos o Sesc Rio, enquanto equipamento multicultural/multilinguagem, que devemos estabelecer como ponte para o enfrentamento de todas as outras opressões diárias que também se fazem no atravessamento do racismo. Por fim, que esse manifesto sirva de forma didática para quem não teve a chance de conhecer uma longa trajetória, mas que seja acima de tudo o compromisso diário em combater os alicerces do racismo de forma urgente, com pungência, com gana e tendo a justiça social como farol para abrir os caminhos.



REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. p. 01, 2003.

BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: SECAD; SEP-PIR, junho, 2009.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. As últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CUNHA, Perses. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). Relações raciais no Brasil: alguns determinantes. Niterói: Intertexto/Universidade Federal Fluminense, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da educação do negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

_____. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê Negros e Educação. Campinas: Autores Associados/Sociedade Brasileira de História da Educação, nº 4, jul.-dez. De 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

GOMES, Flavio (Orgs.). Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) Superando o Racismo na Escola. Brasília: MEC, p. 143-154, 2005b.

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Cadernos ANPAE, v. 1, p. 1-13, 2010.

_____. Diversidade étnico-racial como direito à educação: a Lei nº 10.639/03 no contexto das lutas políticas da população negra no Brasil. Belo Horizonte: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, ENDIPE, 2010(no prelo).

hooks, bell. Ensinando a Transgredir. A Educação como Prática da Liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora SWF Martins Fontes, 2013.

KLEIMAN, Angela B. “Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola”. In: _____ (Org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na Escola. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PAULO DA SILVA, Adriana Maria. Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Editora Plano, 1999.



Realização

